



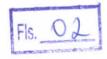
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS - GO

S E R V I Ç O D E P R O T O C O L O

DATA DA ENTRADA	EXERCICIO	NR. DO PROCESSO
04/01/19	2019	003/19
Interessado: PREFEITO M	UNICIPAL	
Localidade: Anápolis - Go		
Data do Papel: 03 de janeir	o de 2019	
CLASSIFICAÇÃO DO ASSUNTO		CLASSIFICAÇÃO ALFABÉTICA
Projeto de Lei Ordinária		

ASSUNTO: Autoriza o Município de Anápolis a conceder repasse financeiro através de Termo de Fomento à Maternidade Dr. Adalberto Pereira da Silva.





Oficio nº 003/2019-PL

Anápolis, 03 de janeiro de 2019.

Exmo. Sr.

Vereador LEANDRO RIBEIRO DA SILVA

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos pares, o incluso Projeto de Lei nº. 003/2019 que, "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS A CONCEDER REPASSE FINANCEIRO ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO À MATERNIDADE DR ADALBERTO PEREIRA DA SILVA", apresentando, para tanto, as seguintes:

JUSTIFICATIVAS

O Poder Executivo objetivando fomentar os serviços de saúde prestados pela Maternidade Adalberto Pereira da Silva, por meio de recursos financeiros, envia o hodierno projeto a esta Casa de Leis com o fito de obter autorização para formalizar Termo de Fomento que redundará no citado subsídio.

O repasse à Maternidade será no valor total de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) em parcelas mensais de R\$ R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo período de 12 (doze) meses.

A Maternidade Adalberto Pereira da Silva é uma grande instituição atuante na área de saúde neste Município, e, em face do repasse financeiro os munícipes serão beneficiados pelos serviços médicos prestados pela instituição, os quais são sempre prestados com qualidade e eficiência.

A supracitada Maternidade presta diversos serviços médicos, e é atualmente reconhecida por prestar assistência à saúde a gestantes e recém-nascidos, sendo esta o segundo principal limiar de atendimento materno pelo SUS no município, o único em atendimento de baixa e média complexidade, e passa por séria crise financeira.

Assim, diante da atual situação econômica da MATERNIDADE DR. ADALBERTO PEREIRA DA SILVA é que se pretende fundamentar a propositura do projeto de lei para que seja mantido em pleno funcionamento e resguardado o acolhimento de parte da população que necessita dos serviços prestados pela referida Instituição.





Em face do exposto, resta indubitável a importância da aprovação do presente projeto de lei, pelo que encaminho a Vossa Excelência e dignos pares para aprovação <u>em regime de urgência.</u>

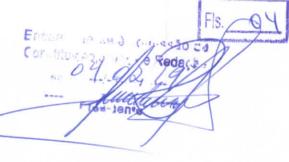
Atenciosamente,

Roberto Naves e Siqueira Prefeito de Anápolis



Serviço





PROJETO DE LEI Nº 003, DE 03 DE JANEIRO DE 2019.

Autoriza o Município de Anápolis a conceder financeiro à Maternidade Adalberto Pereira da Silva.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar parceria com a MATERNIDADE DR. ADALBERTO PEREIRA DA SILVA, inscrita no CNPJ Nº 01.049.618/000-09, visando complementar ações e serviços de saúde, conforme Plano de Trabalho a ser apresentado e aprovado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.

- Art. 2º. O Município de Anápolis concederá o auxílio financeiro no importe de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) à MATERNIDADE DR. ADALBERTO, que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
- Art. 3°. A MATERNIDADE DR. ADALBERTO PEREIRA DA SILVA fica responsável por comprovar, por meio de documentos específicos, a utilização do repasse financeiro referido no artigo anterior à Secretaria Municipal de Saúde de Anápolis.
- Art. 4º. As despesas originárias da execução do convênio serão custeadas por dotação orçamentária específica.
 - Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

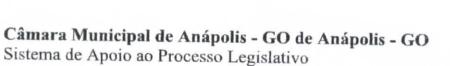
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 03 de janeiro de 2019.

Roberto Naves e Siqueira Prefeito de Anápolis

Lucas Leite de Amorim Secretário Municipal de Saúde

Marciely Ferreira de Paula Procuradora Geral do Município







RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: Pd347c411ff2b1c82fe08ccd3fc4405b6K7848

Tipo de Proposição: Projeto de Lei Ordinária

Data de Envio: 03/01/2019 16:21:00

Autor: Prefeito - prefeito

Descrição: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS A CONCEDER REPASSE FINANCEIRO ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO À MATERNIDADE DR ADALBERTO PEREIRA DA SILVA"

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

Prefeito - prefeito







COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Ureador, Luis Lacerda

EM 07 102 1 19

Thais Souza

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS -ART. 47, § 3°, R.I.)

projets por ser se alcance social relivante e precucher Todos 25 requesitos regimentois.

en 07.02.2019.

Guiz Spundo -

Thair Gouza

Elimin Kosal

Encaminha-se à Comissão de Saude, Saneamento e Assist. Social Em 27 | 02 | 19 Presidente





COMISSÃO DE SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

demadora Celinner Place

EM 18 102 119

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER:07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS - ART. 47, § 3°, R.I.)





PARECER - PLO 03/2019

Comissão de saúde, saneamento e assistência social

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, de iniciativa do Poder Executivo, o qual autoriza repasse financeiro por meio de Termo de Fomento à Maternidade Doutor Adalberto Pereira da Silva. O montante será de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), dividido em 12 (doze) meses. O intuito é auxiliar a instituição, que se encontra em dificuldade financeira, de modo que continue prestando atendimento à população.

A Constituição Federal dispõe que a saúde será fomentada por ações integradas entre o Poder Público e a sociedade, e também, que ela é direito de todos e dever do Estado. Por outro lado, a Lei Federal 13.019/2014, estabelece, no inciso VII do artigo 2º, que termo de fomento é "instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros". A instituição beneficiada realiza atividade de relevante interesse social, já que o atendimento às gestantes em Anápolis, apesar de imprescindível, é escasso.

Os requisitos objetivos da Lei Federal 13.019/2014 também mostram-se presentes. Compulsando o CNPJ da entidade (01.049.618/0001-09) na Receita Federal, verifica-se que ela está ativa desde 1969. Logo, ultrapassou o lapso



temporal mínimo em atividade, exigido pela norma. Os objetivos da empresa, na sua prestação de serviço médico, também estão atrelados ao interesse público.

Contudo, é cediço o dever da administração pública em fiscalizar o uso correto dos repasses ofertados. Dessa feita, os Vereadores explicitam, desde já, que atuarão firmemente quanto sua função típica de fiscalização. Assim sendo, a Comissão de Saúde é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Ordinária 003/2019.

Anápolis-GO, 21 de fevereiro de 2019

ELINNER ROSA - MDB

Relatora

incaming se a comissão de

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO CEP: 75025-040



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Belio ALvorengo.

EM 11/03/19

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER:07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS -ART. 47, § 3°, R.I.)

Somos fornariones ao referido

Proteto 003/19, por entendermos

de ser sum proteto atamente
untervante e de emportancia para
manutenção da institução

Peterida maternidado ser
Adolberto pereira da Siha.

Aleberto Pereira da Siha.

1do

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br